

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a possibilidade de uma participação efetiva do cidadão no planejamento da administração pública, identificando e apresentando o orçamento participativo como importante instrumento social para as tomadas de decisão do gestor público. Nesse sentido, explana-se, inicialmente, sobre a avulstosa carga tributária brasileira que compõe o orçamento dos entes públicos que merece atenção da sociedade que zela pela sua boa aplicação em qualidade de vida para a população. Este realizado por toda sociedade organizada pelos cidadãos reunidos em associações ou individualmente para fiscalizar as ações dos administradores públicos. Assim sendo, destaca-se a promulgação da Lei da Responsabilidade Fiscal em 2000 como uma importante mudança, porquanto a fiscalização e o controle sobre as atividades dos gestores públicos foram redobradas, implementando o controle do gasto público em todas as esferas de governo, passando a gerir, principalmente, o endividamento e a despesa com pessoal. Portanto, a finalidade dessa pesquisa atravessa a história dos tributos e dos orçamentos, enaltecendo o orçamento participativo como meio de autonomia e fiscalização da utilização dos fundos arrecadados por meio dos tributos. A metodologia adotada fora a pesquisa bibliográfica e a metodologia da pesquisa teórica. Concluiu-se neste trabalho que o orçamento público é um mecanismo facilitador e garantidor de justiça fiscal e democracia.

Palavras-chave: Orçamento Participativo. Finanças Públicas. Tributos. Justiça Fiscal.